



4° Simulado

Magistratura

TJ MG

Simulado Juiz TJMG – 21/11/2021

Simulado Juiz TJ-MG

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-MG;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-21-11-2021>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Alessandro, é neto de Gilson e seu único herdeiro. Quando Gilson faleceu, todo seu patrimônio foi automaticamente herdado pelo neto. No entanto, este contava com 14 anos de idade e, não lhe restando mais parentes vivos, foi nomeado, pelo juiz, um tutor. Com base nestes fatos e de acordo com o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) O tutor de Alessandro pode alienar os imóveis herdados sem autorização judicial, pois a renda advinda de tais negócios beneficiará o menor.
- b) O tutor de Alessandro pode livremente pactuar com o tutelado contrato de compra e venda dos bens móveis herdados pelo menor.
- c) O tutor de Alessandro deverá, anualmente, submeter ao juízo o balanço da administração dos bens do menor e, em regra, bianualmente prestar contas.
- d) Caso haja necessidade, o tutor de Alessandro poderá manter sob sua guarda, valores monetários superiores ao necessário para a manutenção ordinária do menor.

02. O Estatuto da Pessoa com Deficiência conferiu às pessoas com deficiência o direito ao exercício de sua capacidade plena, banindo do Código Civil os dispositivos que lhes atribuíam incapacidades. Porém, a fim de preservar e garantir sua proteção, estabeleceu, também, o instituto da tomada de decisão apoiada. Acerca deste instituto e com base no disposto pelo Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege 1 (uma) pessoa idônea, com a qual mantenha vínculos e que goze de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil.
- b) O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pelas pessoas indicadas pela pessoa com deficiência, de maneira que esta deve apenas confirmar o pedido.
- c) Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá haver o consenso entre a maioria das opiniões.
- d) Em se tratando da prestação de contas, aplica-se à tomada de decisão apoiada as mesmas disposições

referentes à prestação de contas na curatela, no entanto, desde que cabíveis.

03. Segundo o que dita o Código Civil de 2002, não é hipótese que extingue a hipoteca:

- a) O perecimento da coisa.
- b) A arrematação ou adjudicação, sem que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários, que não forem de qualquer modo partes na execução.
- c) A averbação, no Registro de Imóveis, do cancelamento do registro, à vista da respectiva prova.
- d) A extinção da obrigação principal.

04. Márcio, agricultor, penhorou a colheita de sua plantação de soja que ocorrerá no início do ano seguinte. Em se tratando desta modalidade de penhor e segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) É vedado pelo Código Civil o penhor de colheitas pendentes, ou em via de formação.
- b) Caso a safra atual seja insuficiente para cobrir a garantia dada por Márcio, o penhor recairá sobre a safra imediatamente seguinte.
- c) Ainda que o credor de Márcio não financie nova safra, é vedado que o agricultor estabeleça novo penhor com outrem em quantia máxima equivalente à do primeiro, uma vez que tal prática viola o princípio da boa-fé entre as partes.
- d) Por se tratar de penhor agrícola, Márcio não poderia haver empenhado a colheita de sua plantação de soja, pois tal prática viola a lei, a qual permite apenas o penhor de animais de uso doméstico e de frutos condicionados e armazenados.

05. Em se tratando da Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994), sobre aquilo que dispõe o Título dos Serviços Notariais e Registrars, é correto afirmar que:

- a) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias úteis e horários comerciais.
- b) O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, em regra, nos dias úteis e horários

comerciais, podendo haver exceções quanto aos feriados, quando se estabelece sistema de plantão. Contudo, nunca em sábados e domingos.

c) O atendimento ao público deve ser de no mínimo quatro horas e no máximo oito horas por dia.

d) Os notários, ou tabeliães, e oficiais de registro, ou registradores, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

06. Em se tratando dos princípios e definições previstos no Estatuto da Terra, a Lei 4.504/1964 é correto afirmar que:

a) Considera-se "Reforma Agrária" o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

b) Considera-se "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, através, apenas, de iniciativa privada.

c) Considera-se "Propriedade Familiar", o imóvel urbano que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima de 200m², e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

d) Considera-se "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades superiores às da propriedade familiar.

07. Paulo é pai de João, pessoa com deficiência mental severa que conta com 17 anos. João recebe alimentos do pai, mensalmente. Ao completar 18 anos, João não inicia curso superior, razão pela qual seu pai solicitou judicialmente a cessação dos alimentos. Diante destes fatos e de acordo com o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta:

a) Ainda que a deficiência de João o impeça de prover o próprio sustento, a maioria é fator que cessa o poder familiar, não havendo, portanto, a obrigação de Paulo em continuar prestando alimentos ao filho.

b) A cessação dos alimentos é devida, ainda que João não seja capaz de prover o próprio alimento, pois ao alcançar

a maioria cessa o poder familiar, de maneira que qualquer auxílio para sua manutenção deve ser requerido ao Poder Público.

c) Não deve haver a cessação, porém, tampouco a manutenção. Entende-se que a maioria faz cessar o poder familiar, no entanto, diante da deficiência de João, são devidos alimentos, mas, na medida de suas necessidades, as quais se tornam menores com a emancipação.

d) Paulo se mantém obrigado à prestação de alimentos, pois apesar do poder familiar haver cessado, ele ainda mantém laços de parentesco com o filho, em razão de suas necessidades especiais as quais acarretam incapacidade de manutenção autônoma.

08. Ao que diz respeito à responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil de 2002 e com o entendimento do STJ, é correto afirmar que:

a) A responsabilidade pelo dano causado por animal é do dono ou detentor, inclusive nos casos de culpa ou força maior.

b) A responsabilidade do morador do prédio cujo objeto caiu ou foi arremessado, causando danos a terceiro, é objetiva.

c) Nas indenizações por ato ilícito, os juros compostos são devidos por aquele que praticou o crime, conjuntamente com todos os que concorreram para ele.

d) A ausência de registro da transferência de veículo automotor acarreta a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.

09. Sobre os contratos de locação, é correto afirmar, segundo o que entende o STJ, que:

a) O resultado do aditamento realizado entre o locador e o locatário não obriga o fiador.

b) Nos contratos de locação, é expressamente vedada a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

c) O bem de família pertencente ao fiador do contrato de locação não pode ser penhorado em hipótese alguma.

d) O fiador que não integrou a relação processual na ação de despejo automaticamente responde pela execução do julgado.

10. Helen é cuidadora de Joana, pessoa idosa e sem herdeiros. Diante da excelência da cuidadora, Joana resolveu doar-lhe, para depois da morte, a casa que estava morando, além de outros imóveis que possuía. No entanto, estipulou cláusula contratual que obrigava Helen a continuar prestando os serviços de cuidadora com excelência. Ocorre, porém, que ao saber da doação, Helen começou a relaxar nos cuidados com a idosa, o que acabou ocasionando a queda de Joana e a quebra de ossos de sua perna. Indignada, Joana resolveu revogar a doação oito meses após o ocorrido. Diante dos fatos narrados e de acordo com o Código Civil de 2002 é correto o que se afirma em:

- a) Joana não poderá revogar a doação feita à Helen, uma vez que o desleixo da cuidadora não configura causa de revogação da doação.
- b) Joana não poderá revogar a doação feita à Helen, pois já transcorreu o prazo para tal pleito.
- c) Joana poderá revogar a doação, uma vez que Helen descumpriu com o fardo necessário para que a doação fosse efetiva.
- d) Joana poderá revogar a doação, porém, deve fazê-la o quanto antes, pois o prazo para a revogação é de dez meses, contados da data em que ocorreu o ato que a autorize.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Conforme disposto no Código de Processo Civil – Da Audiência de Instrução e Julgamento, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A audiência será pública, ressalvadas as exceções legais.
- II. Havendo antecipação ou adiamento da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinará a intimação dos advogados ou da sociedade de advogados para ciência da nova designação.
- III. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.
- IV. Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de

outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

- a) Somente uma assertiva está correta.
- b) Somente duas assertivas estão corretas.
- c) Somente três assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

12. De acordo com o Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova requerida antes do ajuizamento da demanda principal

- a) segue procedimento no qual é admitida a interposição de apelação contra a decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada.
- b) pode ser utilizada somente na hipótese de o autor provar que o prévio conhecimento dos fatos é imprescindível para o ajuizamento de ação.
- c) é da competência exclusiva do foro onde a prova deva ser produzida.
- d) acarreta a prevenção do juízo para a ação que venha a ser proposta com base na prova produzida.

13. No que se refere à arguição de falsidade como instrumento processual para impugnação de documentos, assinale a opção correta.

- a) A falsidade documental pode ser suscitada em contestação, na réplica ou no prazo de dez dias úteis, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- b) O STJ pacificou o entendimento de que a arguição de falsidade é o meio adequado para impugnar a falsidade material do documento, mas não de falsidade ideológica.
- c) Após os momentos processuais da contestação e da réplica, se arguida a falsidade, esta será autuada como incidente em apartado e, nesse caso, o juiz suspenderá o processo principal.
- d) Uma vez arguida, a falsidade documental será resolvida como questão incidental; contudo, é possível que a parte suscitante requeira ao juiz que a decida como questão principal, independentemente de concordância da parte contrária.

14. Analise as assertivas a seguir:

I. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

II. Cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

III. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

IV. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, II e IV.

15. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. A respeito do tema, é correto afirmar:

- a) as partes poderão arguir o impedimento ou a suspensão do perito dentro de 10 (dez) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito.
- b) somente o juiz pode escolher o perito, cabendo às partes a indicação de assistentes técnicos.
- c) a perícia pode ser substituída pela inquirição de um especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa, quando este for de menor complexidade.
- d) quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida, o juiz determinará a realização de nova perícia, que substituirá integralmente a primeira.

16. O juiz poderá inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa, denominando-se tal ato como inspeção judicial, sendo certo que

- a) concluída a diligência, o juiz mandará lavrar auto circunstanciado, mencionando nele tudo quanto for útil ao julgamento da causa, o qual poderá ser instruído com desenho, gráfico ou fotografia.

b) ao realizá-la, o magistrado não poderá ser assistido por perito, a fim de que seja mantida a sua imparcialidade.

c) para fins de reconstituição dos fatos, as pessoas serão levadas à presença do juiz da causa na sede do juízo.

d) as partes têm direito a assistir à inspeção, porém sem fazer observações.

17. Sobre a sentença, assinale a alternativa correta:

a) O CPC/15 consagrou um conceito de sentença que leva em conta apenas o conteúdo do pronunciamento judicial.

b) Formulado pedido certo e determinado, autor e réu têm interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.

c) A indicação do dispositivo legal é requisito da petição inicial, posto que vincula o julgador no momento de prolação da sentença.

d) A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu.

18. De acordo com o Código de Processo Civil, é certo dizer que a sentença condenatória transitada em julgado pode ser levada a protesto:

a) Em qualquer hipótese, independentemente do transcurso do prazo para o pagamento depois da intimação do devedor.

b) Depois de transcorridos (5) cinco dias da intimação do devedor.

c) Desde que a condenação seja para pagar quantia e o devedor não tenha realizado o pagamento nos (15) quinze dias subsequentes à sua intimação.

d) Apenas depois de ser convertida em título executivo extrajudicial.

19. De acordo com o CPC, não havendo recurso interposto pela parte interessada, incidirá a autoridade de coisa julgada material sobre

a) a decisão interlocutória que conceda a tutela provisória antecipada requerida em caráter antecedente.

b) a declaração de falsidade documental que for suscitada como questão principal e que conste da parte dispositiva da sentença.

c) o capítulo de acórdão que, em mandado de segurança, aprecie questão prejudicial incidentalmente arguida pelo impetrante.

d) a verdade dos fatos utilizada como fundamento principal da sentença de improcedência em ação desconstitutiva.

20. Em ação de alimentos, o réu alegou em contestação que não era pai do alimentante. Diante dessa questão, o juiz, após a dilação probatória e o efetivo contraditório, reconheceu a paternidade. Ao final, proferiu sentença condenando o réu a pagar alimentos.

Nessa situação, é correto afirmar que:

a) fará coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

b) a questão envolvendo a paternidade não fará coisa julgada por se tratar de questão prejudicial.

c) não fará coisa julgada a questão da paternidade, pois de sua resolução não depende o julgamento do mérito.

d) a questão envolvendo a paternidade fará coisa julgada se o juiz sentenciante tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

21. Assinale a alternativa incorreta em relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC):

a) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

b) O CDC estabelece normas de ordem pública e interesse social.

c) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

d) O Consumidor é presumidamente vulnerável no mercado de consumo.

22. Em relação à desconsideração da personalidade jurídica prevista no CDC, é correto afirmar:

a) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor e do fornecedor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

b) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

c) As sociedades coligadas só responderão por culpa.

d) Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores e aos fornecedores.

23. Assinale a alternativa incorreta em relação ao superendividamento:

a) a prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor é um direito básico do consumidor.

b) a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito é um direito básico do consumidor.

c) a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo

existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas é um direito básico do consumidor.

d) a instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento é instrumento para a execução da política nacional das relações de consumo.

24. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Defesa do Consumidor

a) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, mas não integra o contrato que vier a ser celebrado.

b) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

c) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

d) A publicidade pode ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

25. Assinale a alternativa incorreta em relação ao entendimento do STJ sobre direito do consumidor.

a) O Superior Tribunal de Justiça admite a mitigação da teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor - CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), apesar de não ser destinatária final do produto ou serviço, apresenta-se em situação de vulnerabilidade.

b) A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, não ocorre ope legis, mas ope iudicis, vale dizer, é o juiz que, de forma prudente e fundamentada, aprecia os aspectos de verossimilhança das alegações do consumidor ou de sua hipossuficiência.

c) Em demanda que trata da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço (arts. 12 e 14 do CDC), a inversão do ônus da prova decorre da lei (ope legis), não se aplicando o art. 6º, inciso VIII, do CDC.

d) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à relação contratual entre advogados e clientes.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A idade mínima para admissão ao trabalho é de:

a) 12 anos.

b) 14 anos.

c) 16 anos.

d) 18 anos.

27. De acordo com previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz, ao aplicar o Estatuto, deve observar os parâmetros a seguir mencionados, EXCETO:

a) os fins sociais a que se dirige a lei.

b) as exigências do bem comum.

c) a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

d) as noções gerais de direito público.

28. Analise as assertivas a seguir:

Assertiva 1 – A perda e a suspensão do poder familiar devem ser decretadas judicialmente, em procedimento contraditório; e

Assertiva 2 – É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família.

Assinale a alternativa correta:

a) A assertiva 1 é verdadeira, mas a Assertiva 2 é falsa.

b) A assertiva 1 é falsa, mas a Assertiva 2 é verdadeira.

c) Ambas as assertivas são verdadeiras, mas a Assertiva 2 não justifica a Assertiva 1.

d) Ambas as assertivas são verdadeiras e a Assertiva 2 justifica a Assertiva 1.

29. As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional devem observar alguns princípios gerais expressamente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. NÃO é princípio da atuação dessas entidades:

- a) a integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.
- b) o atendimento amplo e em grandes grupos.
- c) o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.
- d) evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.

30. Sobre a remissão, nos procedimentos de apuração de atos infracionais, assinale a alternativa correta:

- a) O representante do Ministério Público pode conceder a remissão como forma de extinção do processo antes do início do procedimento judicial, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
- b) Após o início do procedimento judicial, a concessão da remissão pode implicar na exclusão ou na extinção do processo.
- c) A remissão não prevalece para efeito de antecedentes e a sua concessão pode incluir a aplicação de qualquer medida socioeducativa prevista em lei, exceto as de liberdade assistida, de semi-liberdade e de internação.
- d) A medida aplicada por força da remissão pode ser revista judicial, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do Ministério Público.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. No que concerne ao dolo direto e indireto, culpa consciente e culpa inconsciente, assinale a alternativa incorreta:

- a) O dolo direto resta configurado quando o agente prevê um resultado, dirigindo sua conduta na busca de realizá-lo, sendo subdividido em dolo direto de primeiro e segundo grau.
- b) O dolo indireto configura-se quando sujeito não quer a produção do resultado, mas, mesmo prevendo que este poderá acontecer, assume o risco de causá-lo. O

dolo indireto subdivide-se em dolo indireto alternativo e dolo indireto eventual.

- c) Caracteriza-se culpa consciente quando o agente prevê o resultado, embora não o queira, tampouco assume risco, e pensa poder evitar.
- d) Na culpa inconsciente, o agente prevê o resultado que lhe era previsível, e assume o risco da produção do resultado.

32. Acerca da classificação dos crimes e da teoria do delito, assinale a alternativa incorreta.

- a) Segundo a teoria da tipicidade conglobante, a tipicidade consiste na soma da tipicidade material com a antinormatividade, partindo-se da premissa de unidade do ordenamento jurídico, sendo imprescindível analisar, além da tipicidade formal, se o comportamento é antinormativo, ou seja, não incentivado por quaisquer dos ramos do direito.
- b) O consentimento do ofendido atua sempre como causa supralegal de exclusão de ilicitude.
- c) O crime omissivo próprio se perfaz pela abstenção do agente, que não realiza conduta valiosa que lhe era possível realizar, independentemente de um resultado posterior. Por sua vez, o crime omissivo impróprio é crime de resultado e é também chamado de comissivo por omissão.
- d) Na culpa imprópria, o agente, por erro evitável, imagina certa situação de fato que, se presente, excluiria a ilicitude do seu comportamento.

33. Acerca da teoria do crime, assinale a alternativa que expõe entendimento correto:

- a) O dolo normativo é adotado pela teoria psicológica normativa da culpabilidade. Nesse sentido, integra a culpabilidade e tem como requisitos: a consciência, a vontade e a consciência atual da ilicitude. De outro modo, o dolo natural, adotado pela teoria normativa pura, integra o fato típico e tem como requisitos: a consciência e a vontade, inexistindo elemento normativo (consciência da ilicitude), que será analisado na culpabilidade.
- b) Segundo a teoria finalista, dolo e culpa são elementos da culpabilidade.

c) A inexistência de conduta diversa constitui causa de exclusão da ilicitude.

d) São elementos do fato típico, somente: conduta, resultado, e tipicidade.

34. Gaspar, 30 anos de idade, primário sem qualquer antecedente criminal, andava despreziosamente no centro comercial de sua cidade, analisando roupas para possível compra. Em uma determinada loja, visualizou em cima do balcão uma caneta que lhe chamou a atenção pela beleza. Foi então que, com intuito de obtê-la para si, e aproveitando de descuido da atendente, pegou-a, colocando em seu bolso. A cena foi vista pelo sistema de vigilância de câmeras do estabelecimento. Gaspar foi detido antes de sua saída, e a caneta, avaliada em R\$ 30,00 (trinta reais), recuperada. Quanto a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

a) A aplicação do princípio da insignificância resulta na atipicidade formal da conduta.

b) O sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico no interior de estabelecimento comercial, por si só, torna impossível a configuração do crime de furto.

c) No princípio da bagatela própria o fato é atípico, por falta de tipicidade material, podendo ocorrer até mesmo o trancamento da ação penal. Na bagatela imprópria, o fato é típico, não sendo a pena aplicada somente se, depois do normal seguimento da ação penal, for reconhecida a desnecessidade de aplicação de pena.

d) O princípio da insignificância, no furto, é sinônimo de furto de pequeno valor.

35. De acordo com o código penal brasileiro, diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

Considerando entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário, assinale a alternativa incorreta:

a) Não se admite tentativa: nas contravenções penais, nos crimes preterdolosos, unissubsistentes, culposos, de atentado, condicionados, habituais, omissivos próprios.

b) Denomina-se tentativa vermelha aquela em que o objeto material do crime é atingido, e branca, aquela em que o objeto material não é atingido.

c) Denomina-se tentativa perfeita aquela em que o agente esgota os meios executórios disponíveis, e o crime não se consuma, por circunstâncias alheias à sua vontade, e imperfeita aquela em que o agente, durante os atos de execução, não se utiliza de dos meios que tinha à sua disposição, não se consumando o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

d) Para consumação do crime formal, imprescindível a ocorrência do resultado naturalístico.

36. Harry, 25 anos, primário e de bons antecedentes, andava pelas ruas de seu bairro, quando observou que dentro de determinado veículo estacionado havia uma carteira e um aparelho celular. Foi então que, com *animus furandi*, utilizou-se de uma pedra encontrada no chão para quebrar o vidro do carro e retirar os objetos de valor. O fato foi investigado e sua autoria descoberta, sendo denunciado por furto qualificado por rompimento de obstáculo (155, § 4º, II, do Código Penal).

Quanto a situação hipotética apresentada, marque a alternativa correta.

a) Em regra, imprescindível prova pericial para comprovar a qualificadora do rompimento de obstáculo.

b) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem subjetiva.

c) Conforme entendimento jurisprudencial dominante, a subtração de objetos localizados no interior de veículo automotor, mediante o rompimento ou destruição do vidro do automóvel, não é capaz de qualificar o furto.

d) Segundo entendimento jurisprudencial majoritário, a majorante do repouso noturno é incompatível como o furto qualificado.

37. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta, em consonância com entendimento predominante.

a) Cabível a configuração de continuidade delitiva entre roubo e extorsão.

b) A alteração do sistema de medição, mediante fraude, para que aponte resultado menor do que o real consumo de energia elétrica configura furto.

c) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

d) Descabida a consunção entre os crimes de falso e estelionato, ainda que inexistente maior potencialidade lesiva.

38. “A”, maior, capaz, em 01/10/2021 adquiriu de “B” uma arma de fogo de uso permitido. A arma foi comprada abaixo do preço de mercado, tendo “A” pleno conhecimento de que o vendedor, “B”, obteve a referida arma através de um furto, dias antes. Em 05/11/2021, “A” foi em um barzinho com amigos, oportunidade em que levou consigo referida arma e a exibiu diversas vezes para os presentes, com intuito de “se gabar” de sua excelente aquisição. Durante o caminho de volta para casa, foi abordado em via pública por policiais militares que obtiveram conhecimento do fato. Em busca pessoal, a arma foi encontrada em sua cintura, sendo constatado ainda que “A” não possui autorização para porte de arma de fogo.

De acordo com a situação narrada, é possível afirmar que:

a) “A” deve responder por porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, apenas, por ser crime mais grave, ficando o delito de receptação, menos grave, consunto.

b) “A” deve responder por receptação em concurso formal com porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

c) “A” deve responder por receptação em concurso material com porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

d) Somente restará configurado o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido se a arma estiver devidamente municiada.

39. Tendo em conta a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) O roubo praticado contra vítimas diferentes em um único contexto configura o concurso formal e não crime único, ante a pluralidade de bens jurídicos ofendidos.

b) A prática, em um mesmo contexto fático, dos delitos tipificados nos artigos 14 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) e 16 (porte ilegal de arma de fogo de uso restrito) da Lei n. 10.826/2003, configuram diferentes crimes porque descrevem ações distintas, com lesões à bens jurídicos diversos, devendo ser somados em concurso formal.

c) O crime de porte ilegal de arma de fogo não deve ser absorvido pelo crime de homicídio, se ficar provado nos autos que o agente portava ilegalmente a arma de fogo em outras oportunidades antes ou depois do homicídio e que ele não se utilizou da arma tão somente para praticar o assassinato.

d) Caso “A”, constranja “B” mediante grave ameaça, subtraindo-lhe para si os seus pertences, portando ilegalmente arma de fogo de uso permitido, adquirida exclusivamente para a prática do referido roubo, deverá responder por roubo em concurso de crimes com porte de arma de fogo.

40. Acerca da dosimetria da pena, assinale a alternativa incorreta:

a) Havendo pluralidade de causas de aumento de pena e sendo apenas uma delas empregada na terceira fase, as demais podem ser utilizadas nas demais etapas da dosimetria da pena.

b) reconhecidas duas ou mais qualificadoras, uma delas poderá ser utilizada para qualificar o delito, as demais, na segunda fase da dosimetria, caso correspondam a uma das agravantes, ou em caso negativo, como circunstância judicial.

c) Ainda nos casos em que há múltipla reincidência, mostra-se viável a compensação integral entre a reincidência e a confissão.

d) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. No tocante à liberdade provisória e à fiança, marque a alternativa correta.

- a) O pagamento da fiança poderá ser dispensado pela autoridade policial, em razão da situação econômica do preso.
- b) A liberdade provisória deverá ser concedida, de um modo geral, quando não estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva.
- c) Não poderá ser concedida liberdade provisória ou fiança ao preso pelo crime de racismo, bem como pelo delito de tráfico ilícito de entorpecentes.
- d) O valor da fiança poderá, conforme o caso, ser reduzido em até dois terços e aumentado em até 100 (cem) vezes.

42. A respeito das medidas assecuratórias, julgue as afirmações a seguir, com base na disciplina do CPP.

I – O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou mesmo quando do inquérito policial.

II – A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase da persecução penal, desde que haja indícios suficientes da materialidade e da autoria do crime.

III – Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser arrestados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é permitida a hipoteca legal dos imóveis.

IV – O sequestro poderá ser embargado por terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

43. Sobre as citações e intimações no processo penal, marque a alternativa correta.

- a) A intimação do funcionário público para comparecer em juízo, como acusado, deverá ocorrer na pessoa do chefe de sua repartição.
- b) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, independentemente de ordem judicial para a diligência, caso em que será dispensada a nomeação de defensor dativo para a continuidade do processo.
- c) A citação do militar deverá ser realizada por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, deverá ser-lhe nomeado defensor e dado prosseguimento ao feito, até sentença.

44. "A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, cuja finalidade é assegurar uma eficaz investigação policial, quando se tratar de apuração de infração penal de natureza grave. Está prevista na Lei 7.960/89 e foi idealizada para substituir, legalmente, a antiga prisão para averiguação, que a polícia judiciária estava habituada a realizar, justamente para auxiliar nas suas investigações". (Nucci, *Guilherme de Souza*. 2013. *Código de Processo Penal comentado*. 12ª. São Paulo : RT, 2013). Considerando as características da prisão temporária, assinale a opção correta.

- a) A prisão temporária pode ser decretada, pelo juiz, a qualquer momento da investigação policial ou do processo judicial, com objetivo de assegurar a obtenção de provas da infração.
- b) É possível a decretação da prisão temporária de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- c) Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.
- d) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, após nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade.

45. No tocante aos impedimentos e suspeições, assinale a opção correta.

- a) Ocorre a suspeição quando o juiz tiver funcionado em outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- b) O juiz dar-se-á por suspeito se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- c) Considera-se impedido o juiz que tiver aconselhado qualquer das partes.
- d) Há impedimento se o juiz for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.

46. Sobre a prisão temporária prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a opção correta.

- a) É cabível apenas após a instauração do inquérito policial, mediante a representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público e terá duração de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) Tem como requisito ser possível apenas na investigação de determinados crimes, dentre os quais homicídio doloso, roubo, extorsão, tráfico de drogas e aqueles praticados contra o sistema financeiro.
- c) É cabível durante a investigação criminal ou ação penal, de ofício, mediante a representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público e terá duração de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- d) Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos, sob pena de tornar a prisão ilegal e, nos termos da lei, ensejar o seu relaxamento.

47. Em relação aos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) Ao assistente será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, aditar os articulados, participar do debate oral e arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público, ou por ele próprio.
- b) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente exclusivamente consanguíneo, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- c) Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença, situação que não implica violação a qualquer direito da defesa.
- d) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que o acusado o indique por ocasião do interrogatório.

48. Sobre as questões e processos incidentes, nos exatos termos da lei, assinale a alternativa correta.

- a) Para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
- b) Não é cabível sequestro de bens móveis, mas tão somente a busca e apreensão.
- c) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que antes do encerramento da instrução.
- d) O sequestro será levantado quando a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

49. Em relação à liberdade provisória e fiança, é correto afirmar que

- a) a fiança obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando não comparecer, a fiança será cassada.
- b) será exigido o reforço da fiança apenas quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente e quando houver depreciação material ou perecimento dos bens hipotecados ou caucionados, ou depreciação dos metais ou pedras preciosas.

c) a proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.

d) a concessão de liberdade provisória sem fiança ocorrerá, nos termos da lei, na hipótese de verificação de excludente de ilicitude ou quando, comprovadamente, a condição financeira do acusado não permitir o recolhimento dessa garantia, casos em que terá de cumprir com outras obrigações.

50. Sobre as exceções, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

a) Julgada procedente a suspeição, ficarão nulos os atos do processo principal, pagando o juiz as custas, no caso de erro inescusável; rejeitada, evidenciando-se a malícia do excipiente, a este será imposta multa.

b) O reconhecimento da suspeição de autoridades policiais nos atos do inquérito depende de prévia manifestação do Ministério Público.

c) As exceções serão processadas em autos apartados e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.

d) Se, ouvido o Ministério Público, for aceita a exceção de incompetência, o feito será remetido ao juízo competente, onde, anulados todos os atos anteriores, o processo prosseguirá.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.

52. A União, ao legislar sobre registros públicos, assegurou a gratuidade dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e da primeira certidão

respectiva. A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) contra a edição da lei, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sob argumento de que houve ofensa ao princípio da proporcionalidade. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

a) A referida lei é inconstitucional, uma vez que configura ilegítima intervenção estatal nos serviços exercidos em caráter privado, conforme prevê o artigo 236 da Constituição Federal.

b) Compete à União apenas fixar normas gerais acerca de registros públicos, sendo da competência estadual a criação das normas específicas.

c) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é empresarial e sujeita-se a um regime de direito privado, de modo que fere o princípio da proporcionalidade a exigência de que o particular cumpra obrigação do Poder Público de fornecer certidões gratuitamente.

d) Os estados poderão legislar sobre normas específicas de registros públicos, caso a União faça a delegação de competência por meio de lei complementar.

53. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.

b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.

54. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

55. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

56. “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.” (artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.

57. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para

ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.

b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.

c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.

d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.

58. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.

b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.

c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.

d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.

59. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) foi subscrita por 208 deputados federais e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. No primeiro turno de votação, recebeu 315 votos favoráveis e, no segundo turno, 308 votos. Tendo sido enviada ao Senado, o texto foi aprovado, sem alteração, em dois turnos de votação, por 60% do total de membros da Casa em cada turno. Em seguida, a emenda foi promulgada pelo Presidente da República e enviada à publicação. A respeito da narrativa, indique a alternativa correta.

- a) Houve falha na iniciativa, uma vez que 208 deputados não são legitimados à proposição de PEC.
- b) No Senado, a PEC não atingiu o quórum suficiente para ser aprovada.
- c) O Presidente da República não tem competência para promulgar emenda e nem para enviá-la à publicação.
- d) O processo legislativo transcorreu como determinado pela Constituição Federal e não apresentou nenhum vício formal.

60. A respeito dos direitos de greve e de sindicalização, indique a assertiva correta, conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- a) Aos militares das Forças Armadas e aos militares estaduais são proibidas a sindicalização e a greve.
- b) O exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores depende de regulamentação de lei infraconstitucional.
- c) A Constituição Federal assegura expressamente o direito de greve aos servidores públicos, competindo a cada categoria decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, independentemente de lei específica sobre a matéria, pois a norma tem aplicabilidade imediata.
- d) Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal, militares e policiais civis, federais e rodoviários federais não têm direito de greve e nem de sindicalização.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

61. A respeito da organização da Justiça Eleitoral, considere:

- I. A Justiça Eleitoral é composta pelos seguintes órgãos: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais, Juntas Eleitorais, Zonas Eleitorais e Seções Eleitorais.
- II. A Justiça Eleitoral desempenha, além das funções administrativa, jurisdicional e normativa, a função consultiva.
- III. Os juízes de direito que exercem funções eleitorais são designados pelo Tribunal Regional Eleitoral em caráter vitalício.
- IV. A zona eleitoral é o espaço territorial sob a jurisdição do juiz eleitoral para fins de organização do eleitorado, ao passo que a seção eleitoral é a menor unidade na divisão judiciária eleitoral.

Estão corretas as proposições:

- a) I e IV
- b) II e IV
- c) II, III e IV
- d) I e III

62. Tio Patinhas, recém-aprovado no concurso da magistratura estadual, após tomar posse como juiz substituto em primeiro grau, é designado para uma comarca a fim de desempenhar as funções em substituição ao juiz titular, recém-promovido. Foi designado, também, para exercer a judicatura eleitoral em uma das zonas eleitorais do Estado, que abrange as eleições de 2 Municípios diferentes.

Considerando que Tio Patinhas ainda não é um magistrado vitalício, e considerando que o Código Eleitoral prevê, em seu artigo 32, que a jurisdição das zonas eleitorais cabe ao juiz de direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal que goze das prerrogativas do artigo 95 da Constituição Federal (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade), é correto afirmar que

- a) Tio Patinhas não poderá exercer as funções de juiz eleitoral, pois, como é recém-ingressado na carreira, ainda não adquiriu a vitaliciedade.

b) a inexistência de justiça especializada nas comarcas de entrância inicial acarreta ao juiz não vitalício, que nela exerce suas funções, a competência para o julgamento de todas as causas, o que inclui as atribuições do juiz eleitoral, por delegação expressa do Tribunal de Justiça.

c) a aplicação do critério de hierarquia, oriundo da hermenêutica clássica, autoriza a designação de juízes substitutos, não vitalícios, para exercer as funções eleitorais, desde que inexistente, na comarca, juiz vitalício.

d) embora expressa a vedação legal no Código Eleitoral, a competência legal decorre de previsão constitucional que remete à lei complementar sua regulamentação, o que se observa na Lei Orgânica da Magistratura, devendo ser entendido que o Código Eleitoral, nesse ponto, não foi recepcionado pela Constituição Federal.

63. Pato Donald decidiu lançar candidatura a Governador do Estado de modo avulso, desvinculado de agremiação partidária. Ao requerer o registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral, invocou o artigo 23, 1.b, da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos (Pacto de São José), alegando que, com base nessa norma internacional protetiva de direitos humanos, não se poderia exigir filiação partidária para que o indivíduo possa exercer o direito de ser candidato em eleições periódicas. Diante desse quadro, é correto afirmar que

a) sua candidatura deve ser indeferida, pois, embora respaldado em norma prevista em direito internacional, o Brasil não é signatário do pacto invocado.

b) sua candidatura deve ser admitida, uma vez que a única condição de elegibilidade, nos termos do nosso sistema eleitoral, é ter filiação partidária (artigo 14, § 3o, da Constituição Federal).

c) sua candidatura deve ser admitida, pois não se exige filiação partidária para concorrer a cargo majoritário.

d) sua candidatura deve ser negada, pois, ainda que a norma internacional assegure o direito de votar e ser eleito em eleições periódicas, o sistema jurídico brasileiro não admite a candidatura avulsa, privilegiando os partidos políticos e suas indicações.

64. Mickey Mouse, atual prefeito municipal do Município “x”, exercendo seu segundo mandato consecutivo, transferiu seu domicílio eleitoral para a cidade vizinha, o Município “y”, com a pretensão de sair candidato a Prefeito desse outro Município no próximo pleito. Acerca da situação narrada, é correto afirmar que:

a) Mickey Mouse poderá ser candidato a Prefeito do Município Y, porque a vedação de terceiro mandato consecutivo incide apenas sobre o mesmo Município.

b) Mickey Mouse não poderá ser candidato a Prefeito do Município Y, porque a Constituição veda o exercício de três mandatos consecutivos em relação a todos os cargos majoritários.

c) Mickey Mouse não poderá ser candidato a Prefeito do Município Y, porque a Constituição veda o exercício de três mandatos de Prefeito consecutivos, ainda que em diferentes Municípios.

d) Mickey Mouse poderá ser candidato a Prefeito do Município Y, porque a vedação de terceiro mandato consecutivo incide apenas sobre os cargos de Presidente e Governador, não atingindo os Prefeitos

65. Acerca do registro de candidatura, é correto afirmar, conforme a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral:

a) o partido que não impugnou o pedido de registro de candidato não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.

b) há formação de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato e seu partido ou coligação, na ação de impugnação de registro de candidatura.

c) compete à Justiça Eleitoral verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela Justiça Comum.

d) o juiz eleitoral não pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade, mesmo que resguardados o contraditório e a ampla defesa.

66. Acerca da propaganda eleitoral e do direito de resposta, é correto afirmar que:

- a) Tratando-se de ofensa veiculada no horário eleitoral gratuito, se o candidato ofendido usar o tempo concedido sem que se dê resposta aos fatos veiculados na ofensa, a sanção consiste na imposição de multa.
- b) Se a ofensa for veiculada no horário eleitoral gratuito, o ofendido usará, para a resposta, tempo igual ao da ofensa, nunca superior a 1 (um) minuto.
- c) Se a ofensa ocorrer em dia e hora que inviabilizem sua reparação dentro do prazo legal, a resposta será divulgada ainda que nas 48 (quarenta e oito) horas anteriores ao pleito, de modo a não ensejar tréplica.
- d) Tratando-se de propaganda eleitoral na internet, a resposta ficará disponível para acesso pelos usuários por tempo igual àquele em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

67. Pato Donald, Governador do Estado “X”, candidato à reeleição, valendo-se de recurso repassado pela União, determinou, no início do ano eleitoral, a confecção e distribuição de novos uniformes para os alunos da rede estadual de ensino. Esse benefício não estava autorizado em lei e já em execução orçamentária no ano anterior. A entrega dos uniformes ocorreu em uma cerimônia pública, com ampla divulgação pela imprensa local. Com base nessa conduta, é correto afirmar que:

- a) Pato Donald não praticou nenhum ilícito eleitoral, pois é dever do Estado custear o serviço de educação, o que incluiu fornecimento anual de uniformes para os alunos
- b) Pato Donald praticou um ilícito eleitoral, e poderá ser unido unicamente com uma multa no valor de cinco a cem mil UFIR.
- c) Pato Donald praticou um ilícito eleitoral, e poderá ser condenado a pagamento de multa de cinco a cem mil Ufir, além de cassação do registro ou do diploma, após o regular processamento de uma ação de investigação judicial eleitoral
- d) Pato Donald praticou um ilícito eleitoral, e poderá ser condenado a pagamento de multa de cinco a cem mil Ufir, além de cassação do registro ou do diploma, após o regular processamento de uma ação de improbidade administrativa.

68. Acerca dos crimes eleitorais, é correto afirmar que.

- a) Quando a legislação eleitoral não indicar o grau mínimo da pena, entende-se que será ele de trinta dias para a pena de detenção e de seis meses para a de reclusão.
- b) Quando a legislação eleitoral determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-la entre um sexto e metade, guardados os limites da pena cominada ao crime.
- c) A retenção de título eleitoral ou do comprovante de alistamento eleitoral constitui crime, punível com reclusão, de um a três anos, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade por igual período, e multa.
- d) O crime de violação ou tentativa de violação do sigilo do voto é punível com pena de detenção de até dois anos.

69. Pato Donald, no dia da eleição, furtou uma van (veículo) para fornecer transporte irregular de eleitores. Considerando que o transporte irregular de eleitores é crime, conforme os artigos 10 e 11 da Lei 6.091/74, e considerando a distribuição de competência jurisdicional para apuração dos delitos, é correto afirmar que:

- a) o delito de furto é conexo ao delito eleitoral de transporte irregular de eleitores e, nesse caso, ambos os delitos serão julgados pela Justiça Eleitoral.
- b) o delito de furto será de competência da Justiça Comum, enquanto o delito de transporte irregular de eleitores será de competência da Justiça Eleitoral.
- c) a competência para julgamento dos dois delitos será da Justiça Comum, pois o furto, por ser um delito mais grave, absorve o transporte irregular de eleitorais.
- d) a competência para julgamento dos dois delitos – furto e transporte irregular de eleitores – será da Justiça Comum, pois a Justiça Eleitoral não julga crimes.

70. Ao ingressar em um local de votação e tentar votar em nome de outra pessoa, um eleitor é impedido pelo mesário em serviço, e, em razão disso, contra ele, efetua disparos com arma de fogo, dando causa à sua morte. Considerando que o artigo 78 do CPP, ao estabelecer regras de competência, prevê, em seu inciso IV, que, “no concurso entre a jurisdição comum e a especial,

prevalecerá esta”, e diante da ocorrência conjunta de um crime eleitoral e um crime doloso contra a vida, é correto afirmar que,

- a) atingindo bens tutelados de forma diferenciada, não se vê a conexão necessária à manutenção da unicidade do processo.
- b) ocorrendo crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida, o julgamento deverá ser cindido, cabendo a cada tribunal julgar o crime de sua competência.
- c) nos termos da lei processual, deve prevalecer a unicidade do processo, competindo o julgamento à Justiça Eleitoral.
- d) ante a ocorrência de crime mais grave, afrontoso à tutela do bem maior, a vida, deve prevalecer a unicidade do processo, competindo o julgamento ao Tribunal do Júri

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Responda a questão a seguir, assinalando a assertiva correta sobre Nome Empresarial:

- a) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pela expressão “cooperativismo” de forma extensa ou abreviada.
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de cinco anos, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.
- e) O nome empresarial existe nas formas de firma e estabelecimento.

72. Em relação ao trespasse e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5 anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.
- b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.
- c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.
- d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.
- e) O estabelecimento é uma universalidade de direito.

73. O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.
- e) E endosso posterior ao vencimento é considerado póstumo em todas as hipóteses

74. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.

d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.

e) Nenhuma das anteriores.

75. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.

b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.

c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.

d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.

e) no cheque, o aval deve ser dado, exclusivamente, no verso do título.

76. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

a) É possível que as quotas possuam valores desiguais.

b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.

c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.

d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.

e) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades cooperativas.

77. Assinale a alternativa correta.

a) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as companhias.

b) O exercício do direito a voto na companhia pode ser regulado em acordo de acionistas.

c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.

d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.

e) Nenhuma das anteriores.

78. Sobre o regime de franquia empresarial, é correto afirmar que

a) a cláusula “*del credere*” poderá ser utilizada em favor do franqueador.

b) a cláusula compromissória de arbitragem é proibida para a modalidade.

c) o foro competente para a solução de controvérsias relativas aos contratos de franquia é obrigatoriamente aquele da sede do franqueador.

d) pode ser adotado por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos.

e) Nenhuma das anteriores.

79. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

a) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de franquia empresarial.

b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.

c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.

d) a concessão de venda de automóveis inclui, necessariamente, o uso gratuito de marca da concedente, como identificação.

e) nenhuma das anteriores.

80. Sobre o estabelecimento, é correto afirmar que

a) sua alienação será ineficaz se não restarem ao alienante bens suficientes para solver seu passivo, independentemente do consentimento dos credores.

b) salvo disposição expressa em contrário, é vedado ao titular do estabelecimento fazer concorrência ao arrendatário ou usufrutuário durante o prazo do contrato.

c) no caso de sua alienação, em regra, o alienante não poderá fazer concorrência ao adquirente por 3 anos.

d) no caso de sua alienação, o alienante permanece solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

e) nenhuma das anteriores.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

81. Acerca do sistema tributário nacional assinale a alternativa correta:

a) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

b) As hipóteses de responsabilidade tributária regulada pelo Código Tributário Nacional podem ser alteradas por lei ordinária.

c) É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivada a fiscalização ao contribuinte específico.

d) a interrupção da prescrição tributária operada contra um dos obrigados, não prejudica aos demais.

82. Sobre o regime constitucional das imunidades assinale a opção incorreta:

a) Os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar.

b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em que a empresa não age em regime de monopólio, não estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.

c) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

d) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito

constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

83. De acordo com o Código Tributário Nacional, não pode ser considerada como uma norma complementar das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.

b) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

c) Todas as decisões dos órgãos coletivos de jurisdição administrativa.

d) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

84. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação:

a) Em primeiro lugar, aos débitos decorrentes de responsabilidade tributária, e em segundo lugar os por obrigação própria.

b) Primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos.

c) Na ordem decrescente dos prazos de prescrição.

d) Na ordem crescente dos montantes

85. Caio Júlio César faleceu em 15 de março de 2014, deixando como sucessores Caio Otávio Turino, Ácia Balba Júlio e Octávia Júlia Turino. Nessa data a legislação previa alíquota de 6% a título de ITCMD (imposto sobre transmissão causa mortis e doação). Os herdeiros somente postularam a instauração do inventário em 16 de janeiro de 2019. No momento do pagamento do ITCMD nos autos do inventário a legislação previa alíquota de 3%. Com base nessa situação assinale a alternativa correta:

a) Deve ser aplicada a alíquota vigente quando da abertura da sucessão (15/03/2014) que é quando se considera ocorrido o fato gerador.

- b) Deve ser aplicada a nova alíquota, já que a constituição do crédito tributário se deu durante o processo de inventário.
- c) Deve ser aplicada a nova alíquota tendo em vista se tratar de norma tributária mais benéfica que retroage em qualquer situação.
- d) Deve ser aplicada a alíquota menor já que é menos severa que a anterior e, portanto, retroativa.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

86. Acerca do princípio do poluidor pagador, assinale a alternativa correta:

- a) Significa a compra do direito de poluir por parte do empreendedor.
- b) Visa internalizar, no processo produtivo, os custos necessários para a proteção ambiental.
- c) Tem por objetivo socializar o ônus ambiental do empreendimento.
- d) Decorre da necessidade de cooperação entre as diversas nações na proteção do meio ambiente.

87. Assinale a alternativa correta acerca da unidade de conservação denominada “Parque Nacional”:

- a) A pesquisa científica não depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade, mas está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
- b) É proibida a visitação pública nos parques nacionais.
- c) O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, sendo vedado o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- d) O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.

88. Acerca da política urbana, assinale a alternativa correta:

- a) A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.
- b) O estudo prévio de impacto ambiental (EIA) é instrumento da PNMA, e não da política urbana.
- c) Lei municipal específica para área incluída ou não no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação
- d) O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, sempre por tempo determinado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

89. Não é objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- a) A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
- b) Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.
- c) A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- d) Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento das águas dos oceanos.

90. Acerca do Código Florestal assinale a alternativa correta:

- a) Não se admite o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel rural.
- b) O Código Florestal não admite a instituição de Reserva Legal em regime de condomínio ou coletiva entre propriedades rurais, pois tal medida prejudica o meio ambiente.
- c) Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do SISNAMA.

d) Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto estão sujeitos à constituição de Reserva Legal, haja vista o princípio da proteção integral do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

91. Acerca da organização da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Os órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça, não podem propor ação judicial em nome próprio, haja vista a sua ausência de personalidade jurídica.
- b) A natureza jurídica das fundações públicas depende exclusivamente do que dispõe a lei, ou seja, se afirma que a fundação possui personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mistas não estão submetidas às exigências relacionadas à governança corporativa.
- d) Os funcionários do consórcio público com personalidade jurídica de direito público se submetem ao regime jurídico da CLT.

92. Acerca da atividade regulatória da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) A regulação por tabelamento de preços promovida pelo Poder Público determina o dever de indenizar os prejuízos efetivamente causados aos particulares, que devem comprová-los por qualquer meio de prova admitido em Direito.
- b) Nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto na lei 13.874/2019, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular será cientificado expressa e imediatamente do prazo máximo estipulado para a análise de seu pedido e, transcorrido o prazo fixado, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos.
- c) Na edição e alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, a análise de impacto regulatório será sempre exigida.
- d) O processo de decisão da agência reguladora referente a regulação poderá ter caráter singular ou colegiado, a depender da complexidade da matéria, conforme disposto em regulamento.

93. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Na declaração de invalidade de atos administrativos, a Administração Pública, quando couber, poderá modular os efeitos da invalidação, restringindo os efeitos da declaração ou decidindo que sua eficácia se iniciará em momento posteriormente definido.
- b) É constitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 (dez) anos para anulação de atos administrativos inválidos.
- c) Ressalvadas as hipóteses de má-fé do administrado, o ato não pode ficar indefinidamente sujeito à anulação.
- d) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, podendo, somente em situação excepcional e justificada, se declarem inválidas situações plenamente constituídas com base em mudança posterior de orientação geral.

94. Sobre Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021 é correto afirmar:

- a) O sistema de registro de preços poderá ser utilizado quando se tratar de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- b) Se a Administração Pública pretender contratar uma obra no valor exato de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), poderá realizar a contratação por dispensa de licitação.
- c) O sistema de registro de preços é utilizado apenas para compras.
- d) Dependendo da natureza ou do valor do objeto, as alienações realizadas pela Administração Pública poderão adotar as modalidades leilão e concorrência.

95. Em relação aos contratos administrativos, é incorreto afirmar:

- a) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% do valor inicial do contrato, vedada a majoração desse percentual.
- b) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

c) Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida garantia, na modalidade seguro-garantia, em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato.

d) Uma das modalidades de garantia é o seguro-garantia, que tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração. Tal garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

96. Sobre concessão de serviços públicos, é correto afirmar:

a) Os reajustes das tarifas, com índices pré-definidos no contrato, dependem de homologação nas concessões comuns (Lei 8.987/95) e ocorrem automaticamente, independentemente de homologação, nas concessões patrocinadas (Lei 11.079/2004).

b) Mesmo nas parcerias público-privadas, a Administração Pública está revestida de prerrogativas, sendo antijurídica a previsão de garantias a serem prestadas pelo parceiro público.

c) Por violação ao princípio do concurso público, não é possível a transferência da concessão do serviço público a terceiro que não se sagrou vencedor na licitação.

d) A encampação consiste na extinção da concessão de serviços público por motivo de interesse público e depende de autorização do chefe do Poder Executivo e de indenização prévia.

97. Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

a) Não é possível instituir qualquer tipo de gratificação para servidores que estão submetidos ao regime jurídico do subsídio, que, por sua natureza, deve ser pago em parcela única.

b) O Poder Público não está obrigado a encaminhar, anualmente, projeto de lei de revisão geral anual, situação que não gera direito subjetivo à indenização dos servidores públicos prejudicados, exigindo-se apenas que o Poder Executivo se pronuncie, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.

c) Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, por estarem sujeitos ao

regime da CLT e estarem vinculados a pessoas jurídicas de direito privado, não se submetem ao teto remuneratório constitucional.

d) Para fins de acumulação lícita de cargos e empregos públicos, o termo “cargo técnico ou científico” deve ser entendido como aquele que exige formação de nível superior.

98. Em relação aos Agentes Públicos, é incorreto afirmar:

a) É inconstitucional a previsão, em estatuto dos servidores públicos, de que a aplicação da penalidade de demissão por motivos específicos inviabiliza o retorno do demitido a cargo público por tempo indeterminado.

b) O prazo prescricional previsto na lei penal se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime independentemente da apuração criminal da conduta do servidor.

c) A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas na lei para a aplicação desta penalidade.

d) O processo administrativo disciplinar poderá ser instaurado com base, exclusivamente, em denúncia anônima, tendo em vista o poder de autotutela da Administração Pública.

99. Assinale a alternativa correta sobre a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

a) A responsabilização da pessoa jurídica na esfera cível será objetiva, enquanto a responsabilização na esfera administrativa será subjetiva.

b) A Lei pune, de forma objetiva, os atos de corrupção praticados por pessoas jurídicas, cometidos contra a Administração Pública brasileira e estrangeira, em território nacional e no exterior.

c) Para celebração do acordo de leniência, não há necessidade que a pessoa jurídica seja a primeira a manifestar interesse.

d) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 2 (dois) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

100. Sobre intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta:

a) Somente em situações excepcionais, decorrente do estado de defesa ou de sítio, a União pode requisitar bens e serviços dos demais entes federados subnacionais.

b) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área *non aedificandi*, somente é devida se imposta sobre imóvel urbano ou rural, desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.

c) O tombamento deve individualizar cada um dos bens sobre os quais pretende impor as restrições da lei.

d) Em virtude da cognição limitada da defesa na ação de desapropriação, que somente pode versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço, o réu não pode exigir o chamado direito de extensão, devendo propor ação autônoma para tanto.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-21-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
